

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – JV/S.4

Proc.: 4.885/20

Processo nº: 00600-00004885/2020-08-e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF – SEDES/DF

Assunto: Análise de Contratos, Convênios e Outros Ajustes

Órgão Técnico: Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública - SEASP

Resumo: Autos instaurados em cumprimento à Decisão nº 2.489/20-CPM, para averiguar a regularidade dos termos de colaboração firmados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do **coronavírus**.

Remessa de informações pela jurisdicionada, noticiando a disponibilização, para apreciação do Tribunal, dos Termos de Colaboração nºs 1/20 e 2/20.

Ingresso da Representação nº 11/2020-G4P, de autoria do i. Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, acerca de possíveis irregularidades na execução de despesas no âmbito do Termo de Colaboração Emergencial nº 1/20, celebrado entre a jurisdicionada e o Instituto Tocar, identificadas pela nobre Deputada Distrital JÚLIA LUCY.

Conhecimento da peça e inclusão dos fatos no escopo da fiscalização (Decisão nº 4.084/20-CPM). Encaminhamento de documentos.

Abertura de prazo para manifestação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, determinação à jurisdicionada, e oitiva do Instituto Tocar e da Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias Sol Nascente (Decisão nº 4.873/20-CPM). Entrada de documentos.

A Instrução sugere o cumprimento parcial da diligência, novas determinações com alerta, e a audiência dos responsáveis.

Audiência do Ministério Público junto ao TCDF, com a **urgência** que o caso requer.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – JV/S.4

Proc.: 4.885/20

DESPACHO SINGULAR Nº 87/2021 – GCPM

Em face da natureza da matéria, e nos termos do art. 54, inciso II, do Regimento Interno do TCDF, com a **urgência** que o caso requer, encaminho os autos ao douto Ministério Público para que se digne manifestar.

Brasília (DF), 31 de março de 2021.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro-Relator